

# DINAMARCA

## REINO DA DINAMARCA

Chefe de Estado:

Rainha Margrethe II

Chefe de Governo:

Lars Løkke Rasmussen (substituiu  
Anders Fogh Rasmussen em Abril)

Pena de morte:

abolicionista para todos os crimes

População:

5,5 milhões

Esperança média de vida:

78,2 anos

Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):

6/6 por 1000

Foram introduzidas na Lei novas provisões permitindo a utilização de informações secretas em processos de deportação e expulsão. As autoridades planearam usar “garantias diplomáticas” para devolver pessoas suspeitas de terrorismo a países com registo de recurso à tortura. Registaram-se regressos forçados ao Iraque. As medidas para combater a violência contra as mulheres eram desadequadas.

## Contra-terrorismo e segurança

Em Julho entraram em vigor, com efeitos retroactivos, as emendas à Lei de Estrangeiros. As novas provisões permitiam a nomeação de um advogado a partir de uma lista aprovada quando as autoridades pretendem expulsar ou deportar um cidadão estrangeiro por motivos de segurança nacional, recorrendo a informações secretas. Estes advogados aprovados pela segurança teriam acesso, durante audiências fechadas, ao material secreto usado para justificar a expulsão ou deportação, mas estavam impedidos de o revelar ao indivíduo em causa ou ao advogado por ele escolhido. Estas medidas contrariavam os padrões para um julgamento justo.

Em Fevereiro, o Relator Especial da ONU para a tortura manifestou a sua preocupação relativamente aos planos para recorrer a “garantias diplomáticas” na devolução de pessoas suspeitas de terrorismo a países conhecidos por praticarem a tortura.

■ No final do ano, prosseguia o processo civil aberto em 2007 por Ghousouallah Tarin. Ele era um de 31 cidadãos afegãos detidos pelo contingente dinamarquês da Força Internacional de Segurança e Assistência no Afeganistão em 2002. Ele queixou-se de ter sido torturado e submetido a outras formas de maus-tratos após a sua transferência da custódia dinamarquesa para a custódia dos EUA. Algumas testemunhas, antigos e actuais funcionários superiores do Ministério da Defesa dinamarquês, ainda não tinham testemunhado no final do ano.

## Tortura e outras formas de maus-tratos

Embora as emendas aos Códigos Civil e Militar tenham, em 2008, consagrado a tortura como circunstância agravante em vários crimes, e o Código Penal dinamarquês contenha provisões criminalizando os actos equivalentes a tortura, a lei criminal dinamarquesa continuou a omitir a tortura como crime específico.

O Relator Especial da ONU para a tortura manifestou a sua preocupação relativamente, entre outras coisas, ao uso alargado da detenção em regime solitário, principalmente no caso de detidos em prisão preventiva.

Os menores em prisão preventiva eram regularmente detidos nas mesmas instalações que reclusos adultos.

### **Forças policiais e de segurança**

Em Dezembro, o governo apresentou legislação com vista a criar um novo sistema de queixas da polícia.

O policiamento das manifestações que ocorreram em Dezembro durante a Conferência da ONU sobre as Alterações Climáticas, em Copenhaga, causou preocupação. Houve relatos de uso excessivo da força por parte da polícia, tal como a utilização de gás pimenta contra manifestantes que já se encontravam sob controlo policial. Dos 968 manifestantes detidos ao abrigo das novas provisões sobre detenção administrativa e preventiva, quase todos foram posteriormente detidos sem terem sido acusados de qualquer crime.

### **Refugiados e requerentes de asilo**

Em Agosto, a polícia entrou durante a noite numa igreja de Copenhaga e deteve vários requerentes de asilo iraquianos que ali estavam alojados há meses. Houve queixas de uso excessivo da força por parte da polícia para afastar pessoas que se manifestavam em solidariedade com os requerentes de asilo.

Ao longo do ano, 38 requerentes de asilo iraquianos foram deportados à força para o Iraque, incluindo pelo menos 25 que foram enviados para o centro e sul do país, contrariamente às recomendações do ACNUR, a Agência da ONU para os Refugiados.

Os refugiados e outros estrangeiros recém-chegados continuaram a ter apenas direito a 45 a 65 por cento dos benefícios regulares da segurança social, o que levantava a preocupação de que pudessem ser atirados para a pobreza.

### **Violência contra mulheres e raparigas**

Em Fevereiro, o Relator Especial da ONU para a tortura manifestou a sua preocupação relativamente aos elevados índices de agressões e crimes sexuais contra mulheres na Gronelândia. Em Agosto, o Comité da ONU para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (Comité CEDAW) manifestou a sua preocupação relativamente à subida do número total de mulheres vítimas de violência física entre 2000 e 2005, e relativamente ao facto de as mulheres imigrantes serem as mais afectadas. O Comité CEDAW notou que as mulheres estrangeiras casadas, cujo estatuto de imigração dependia do estatuto dos cônjuges, eram particularmente vulneráveis à violência doméstica. O rígido requisito de sete anos de residência no país como condição para obtenção do estatuto de residente permanente levantou preocupação, porque podia impedir que as mulheres deixassem relações abusivas e pedissem ajuda.

O Comité CEDAW concordou com o Relator Especial da ONU para a tortura em como a prioridade do governo no repatriamento de vítimas do tráfico para o seu país de origem em vez da sua recuperação e reabilitação era motivo de preocupação.

As autoridades não resolveram a inexistência de protecção legal e reparação para as vítimas de violação. Contudo, em Novembro, o governo nomeou uma comissão de peritos para analisar a legislação existente sobre violação e fazer recomendações.